



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 23 de setembro de 2022

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na quinta-feira	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,91% São Paulo	111.824	R\$ 1.212	R\$ 5,114 (- 1,13%)	R\$ 5,032	13,65%	13,66%	Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68 Agosto/2022 -0,36

CONTAS PÚBLICAS / Medida visa preservar a regra do teto de gastos, segundo o Ministério da Economia. Para analistas, governo vem dando prioridade à liberação de emendas parlamentares, incluindo as do orçamento secreto

Orçamento tem novo bloqueio: R\$ 2,6 bi

» FERNANDA STRICKLAND

José Cruz/Agência Brasil



Segundo Esteves Colnago, o crescimento de gastos obrigatórios, como benefícios previdenciários e BPC, surpreendeu a área econômica

Às vésperas das eleições, o Ministério da Economia anunciou um bloqueio de R\$ 2,63 bilhões em despesas não obrigatórias do Orçamento de 2022. Especialistas afirmam que a medida era esperada, já que o ritmo de crescimento das despesas está pressionando a regra constitucional do teto de gastos. Com esse bloqueio, o total de recursos contingenciados no orçamento deste ano avançou de R\$ 7,9 bilhões para R\$ 10,5 bilhões.

O bloqueio tem por objetivo cumprir a regra do teto — pela qual a maior parte das despesas do governo federal não pode subir acima da inflação do ano anterior. O ministério não informou quais áreas sofrerão contingenciamento de verbas, o que deverá ser detalhado, até o fim do mês, em decreto presidencial. Também não foi informado se o bloqueio reverterá a liberação de emendas parlamentares feita nas últimas semanas.

Para o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, o anúncio era esperado. “Na disputa por um pedaço das despesas, em meio à corrida eleitoral, o governo federal e a base aliada no Congresso deram preferência para a liberação de espaço de emendas parlamentares, principalmente do chamado orçamento secreto, instrumento criado em 2020, bastante criticado pela baixíssima transparência e fonte de diversos escândalos de corrupção”, afirmou.

Viana pontuou que o bloqueio deve apertar ainda mais as despesas discricionárias, como investimentos públicos e a prestação de programas governamentais, como saúde e educação. “Chama a atenção, também, o governo ter anunciado que deve fechar 2022 com o primeiro superávit primário desde



Na disputa por um pedaço das despesas, em meio à corrida eleitoral, o governo federal e a base aliada no Congresso deram preferência para a liberação de espaço de emendas parlamentares”

Murilo Viana, economista

2013”, afirmou. O saldo positivo, segundo o secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, será de R\$ 13,5 bilhões.

“O comportamento positivo acima do esperado para as receitas, em grande medida, se deve a fatores extraordinários como royalties de petróleo e dividendos

de estatais, que devem compensar as medidas fura-teto, como o aumento do auxílio Brasil para R\$ 600 e do vale-gás”, pontuou Viana.

Flexibilidade

O secretário Esteves Colnago afirmou que o governo vai efetuar o bloqueio nas despesas livres, que estão entre R\$ 19 bilhões e R\$ 20 bilhões. O corte acontece após o governo ter liberado R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares, sendo que, a maior parte delas (R\$ 3,5 bilhões) foram as chamadas emendas de relator. Para Colnago, a

liberação de emendas nas últimas semanas não foi precipitada. “É importante que a gente tenha flexibilidade para atender políticas públicas discricionárias. O fato de serem emendas parlamentares não significa que não precisem ser liberadas.”

Ainda de acordo com Colnago, o contingenciamento é necessário por causa do crescimento das despesas obrigatórias. Os gastos previdenciários aumentaram R\$ 5,6 bilhões nos últimos meses, o que surpreendeu a área econômica. Também houve alta de R\$ 1,85 bilhão na projeção de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Cortes na saúde

A proposta de Orçamento para 2023 enviada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Congresso Nacional prevê um corte nominal de 58% na verba do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS). De acordo com a proposta, o órgão deve ter R\$ 140,2 milhões disponíveis ao próximo ano, enquanto a verba sugerida para 2022 foi de R\$ 330 milhões. A informação foi publicada ontem pelo jornal *Folha de São Paulo*.

O DataSUS vem sofrendo com cortes desde 2019, quando tinha orçamento de R\$ 512 milhões. Desde o primeiro ano do atual governo, as verbas despencaram. Em 2021, a verba destinada ao órgão, de R\$ 136 milhões, já havia sido a menor da história. Entre outras atribuições do departamento está a administração de aplicativos de certificação das vacinas, como a da covid-19 e a gestão de sistemas de informações do SUS sobre consultas e procedimentos médicos e notificações de doenças.

Procurado, o Ministério da Saúde, não informou o que pode ser afetado com o corte. Em nota, informou apenas que “está atento às necessidades orçamentárias e buscará, em diálogo com o Congresso Nacional, as adequações necessárias na proposta orçamentária para 2023”. Procurados, o Ministério da Economia e o Palácio do Planalto não quiseram fazer comentários.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) criticou o corte nas verbas do DataSUS. “Digo que é incompetência, por não ter ainda mais elementos que me permitam dizer que é criminoso”, afirmou. “Sem qualquer critério, Bolsonaro distribui cortes no orçamento para garantir recursos para obter apoio parlamentar via emendas de relator. O Congresso deve examinar com lupa essa proposta de orçamento”, disse.

Vulnerabilidade

O Ministério da Saúde tem ficado vulnerável devido a acontecimentos recentes que desestabilizam o DataSUS. Em 2021, o site do Ministério e o aplicativo ConecteSUS, que armazena informações sobre a vacinação da população, sofreram um ataque hacker. Nas duas páginas, os invasores deixaram uma mensagem que dizia que “50 TB de dados foram copiados e excluídos” e que o ataque tinha sido um ransomware — ação que bloqueia o acesso a um site e cobra um valor pelos dados, como se fosse um sequestro.

Na ocasião, o ministério informou que o sistema foi comprometido “temporariamente” e que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Polícia Federal foram acionados pela pasta para apoiarem nas investigações. (FS)

Último lote de restituição do IR

A partir das 10 horas de hoje, a Receita Federal libera a consulta ao quinto e último lote de restituições do Imposto de Renda deste ano. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores, informa a Agência Brasil.

No dia 30, a Receita depositará R\$ 1,9 bilhão nas contas bancárias de 1,22 milhão de declarantes. Desse total, R\$ 221,1 milhões serão pagos aos contribuintes com prioridade legal, sendo 5,2 mil idosos acima de 80 anos; 36,6 mil entre 60 e 79 anos; 4,2 mil contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave e 15,4 mil cuja maior fonte de renda seja o magistério.

O restante do lote será destinado a 1,16 milhão de contribuintes não prioritários que entregaram declarações de exercícios anteriores.

A consulta pode ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar no campo “Meu Imposto de

Renda” e, em seguida, “Consultar Restituição”. A consulta também pode ser feita no aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para os smartphones dos sistemas Android e iOS.

A conta bancária na qual será feito o depósito será a informada na Declaração de Imposto de Renda. Se, por algum motivo, o crédito não for realizado, como no caso de conta ter sido desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

1 milhão na malha

Como este é o último lote regular do ano, quem não estiver na lista de restituição caiu na malha fina. E, segundo a Receita, pouco mais de 1 milhão de contribuintes tiveram as declarações retidas para averiguação neste ano — um total de 1,03 milhão de documentos. O número equivale a 2,7% das 38,2 milhões de declarações entregues pelos

contribuintes até o momento.

Do total de declarações retidas, 811,8 mil têm imposto a restituir, representando 78,6% do total incluído na malha fina. Outras 198,5 mil (19,2%) têm imposto a pagar e 21,9 (2,1%) estão com saldo zero (nem a pagar nem a restituir).

Quem caiu na malha pode entrar no Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC) e verificar as pendências que motivaram o bloqueio. Para regularizar a situação, o contribuinte pode encaminhar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes residuais, destinados a quem resolveu as pendências com o Fisco.

Segundo a Receita Federal, a omissão de rendimentos foi o principal motivo para as retenções, o equivalente a 41,9% dos casos. Entre os rendimentos não informados, estão salários, ações judiciais e aluguel. Em segundo lugar, com 28,6% dos casos, estão problemas de dedução,

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Cerca de R\$ 1,9 bilhão será depositado na conta dos contribuintes

como gastos médicos, contribuições para a previdência oficial ou previdência privada e pagamento de pensão alimentícia.

Divergências entre os valores de Imposto de Renda retidos na fonte e declarado pela pessoa física, além de outros itens

relacionados à declaração, representam 21,9% das retenções. Outros 7,6% são motivados por deduções do imposto devido, recebimento de rendimentos acumulados e divergência de informação sobre pagamento de carnê-leão ou imposto complementar.